



**DADOS DE ÁFRICA (S)**

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | Nº. 3 | Ano 2021

**Flávia Chagas**

**Letícia Reis**

**Jacqueline Maia Santos**

**Site/Contato**

**Editora**

Cinthia Nolácio de Almeida Maia  
[cinthianolacio@yahoo.com.br](mailto:cinthianolacio@yahoo.com.br)

Rodrigo Castro Rezende  
[rodcastrorez@gmail.com](mailto:rodcastrorez@gmail.com)

Ivaldo Marciano de França Lima  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

# “EXPERIÊNCIAS VIVIDAS” - O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A DESNATURALIZAÇÃO DA “MULHER AFRICANA” NA HISTÓRIA

“Lived Experiences” – Gender as a social organizational category and the denaturalization of “african women” in History

---

**RESUMO:** Neste artigo pretendemos tensionar as possibilidades de compreensão das relações humanas ao interrogar o gênero através de experiências africanas e, conseqüentemente, propor este conceito como uma categoria essencial para a compreensão histórica das organizações sociais. Para isso, articulamos um apanhado teórico de diferenciação entre a História das Mulheres e os Estudos de Gênero como métodos possíveis para a escrita da história. Também analisamos e recorremos às contribuições de pensadoras africanas que se debruçaram sobre os estudos de gênero de forma comparada, e que contrastam com perspectivas ocidentais em conflito com as dinâmicas sociais específicas de suas sociedades em análise. E, por fim, sugerimos as investigações de “experiências vividas”, conceito mobilizado por Bibi Bakare-Yusuf, como forma de agregar os desafios apresentados pelas recentes investigações de pesquisadoras que implementaram tais perspectivas que desnaturalizam o gênero com as pesquisas no e do território africano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher Africana; Estudos de Gênero; História das Mulheres; História da África.

---

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to put the possibilities of understanding human relations under tension by questioning gender through african experiences and, consequently, suggest gender as an essential category for historical understanding of social organization. We articulate a theoretical framework for differentiating Women’s History and gender Studies as possible methods for historical narratives. Thus, we explore and resort to the work and research of african thinkers that investigate gender contrasting the occidental perspectives in conflict with social dynamics in the specific societies of their analyses. Finally, we suggest the investigation of "lived experiences", a concept devised by Bibi Bakare-Yusuf, as a way to congregate the challenges brought upon by the recent african perspectives that denaturalize gender and historical africanist research.

**KEY WORDS:** African Women; Gender Studies; Women History; African History.

# “EXPERIÊNCIAS VIVIDAS” - O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A DESNATURALIZAÇÃO DA “MULHER AFRICANA” NA HISTÓRIA

FLÁVIA CHAGAS

LETÍCIA REIS

JACQUELINE MAIA SANTOS<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo surge de inquietações. Nosso propósito é investigar os caminhos teóricos percorridos durante a construção do que se entende por “mulher africana” a partir do período moderno. Para isso, pretendemos explorar e destrinchar três assuntos que se conectam, mas que não podem ser sobrepostos: o estudo das mulheres africanas; a análise do gênero em sociedades do continente africano, partindo de interpretações e proposições de teóricas/intelectuais africanas; e por fim, o gênero como categoria de análise para a História da África. Almejamos, também, desnaturalizar o gênero enquanto conceito exclusivo para investigações sobre mulheres, e também a construção de “mulher” como categoria estática em moldes ocidentais e contemporâneos. Nesse sentido, nos perguntamos a respeito das trajetórias de mulheres africanas, a partir de suas experiências vividas (BAKARE-YUSUF, 2003), mas também como a categoria “mulher africana” foi constituída e transformada historicamente.

### **1 - História das mulheres: entre o combate aos silêncios e a reificação da categoria mulher em cânones ocidentais e/ou contemporâneos**

A história das mulheres e o questionamento a respeito do gênero, enquanto fenômeno, se entrelaçam em sua gênese. Ambos os movimentos partiram dos questionamentos, nos anos de 1970 e 1980, de acadêmicas feministas que perceberam o local subalterno que as mulheres ocupavam nas produções teóricas das ciências humanas (SCOTT, 1995; SMITH, 1998). Tal questionamento se estendeu para diversas áreas de investigação histórica e entre elas, a História da África. Tal campo de estudos se consolidou no Brasil, enquanto disciplina, a partir dos anos

---

<sup>1</sup> Flávia Chagas. Mestre em História Social da Cultura pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGHIS/UFMG. [flaviagchagas@gmail.com](mailto:flaviagchagas@gmail.com) Letícia Reis. Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. [reiseovento@gmail.com](mailto:reiseovento@gmail.com). Jacqueline Maia. Mestre em História Social da Cultura pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGHIS/UFMG. [jacqueline.historia@gmail.com](mailto:jacqueline.historia@gmail.com). Todas as autoras são filiadas ao grupo de pesquisa Áfricas: História, Política e Cultura, da Universidade Federal de Minas Gerais.

de 1960 e 1970, com uma abordagem multidisciplinar.<sup>2</sup> Para o campo da História, trabalhos a respeito do continente africano tiveram um avanço quantitativo. Nos anos subsequentes, uma perspectiva atlântica foi consolidada para os Estudos Africanos, o que influenciou a historiografia a respeito do Escravismo moderno no Brasil (SANTOS, 2012, p. 247). E nesta perspectiva, as mulheres eram visivelmente parte do mundo Atlântico e se tornaram assunto de interesse de pesquisadoras.

Tratar de mulheres em investigações históricas é discutir sobre uma considerável parte do contingente humano na história. Não fazê-lo é ignorar as diversas contribuições dessas mulheres para o desenvolvimento humano e negar a agência das mesmas no passado — o que contribui para a permanência, no presente, de restrições de mulheres à direitos inalienáveis. Neste sentido, a história sobre mulheres em África é necessária. Entretanto, a investigação do papel das mulheres na História do continente africano não pode ser entendida como complementar e paralela à história de homens. Tampouco como um apêndice a um passado masculino, como se incluir mulheres em narrativas históricas completasse peças faltantes de um quebra-cabeça.

A investigação dessas mulheres na história deve levar ao questionamento do passado, compreendendo e considerando como “ser mulher” influenciou nas experiências vividas por elas e, da mesma forma, como elas influenciaram e transformaram seu contexto. O clássico artigo de Joan Scott, "Gênero como uma categoria útil de análise histórica", ressalta que a ampliação dos olhares sobre gênero nos trabalhos teóricos exige, cada vez mais, transformações imbricadas na reescrita da História. Além disso, o que é talvez mais importante, "gênero" era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente (SCOTT, 1995, p. 73). Scott sugere que pensar mulheres historicamente têm o potencial de fazer com que a própria disciplina seja reexaminada para além dos cânones do sujeito universal moderno: masculino e branco. De fato, o exame histórico do papel das mulheres em suas comunidades, e para além de seus contextos, quebra a naturalização do papel subalterno da mulher e parece tensionar não só os papéis de gênero e as diferenças sexualizadas, mas os ideais de branquitude dos sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, o papel que as elites ocupam no pensamento histórico e historiográfico.

Neste sentido, trabalhos que abordaram trajetórias femininas e seus respectivos percalços históricos ocuparam um papel relevante na produção africanista, quebrando, dessa forma, os

---

<sup>2</sup> Vanicléia Silva Santos lança luz ao argumento que o conhecimento a respeito do continente africano já era produzido no Brasil anteriormente à fundação de centros e programas africanistas ligados à universidades, um

silêncios históricos e historiográficos em relação a corpos identificados, por si e por outrem, como femininos.<sup>3</sup> No Brasil, pesquisadoras como Jacimara Souza Santana, Lucilene Reginaldo, Mariana Cândido, Mônica Lima, Patrícia Godinho Gomes, Selma Pantoja e Vanicléia Silva Santos têm feito um trabalho importante para demonstrar que as mulheres tiveram protagonismo e espaço de agência no continente africano, além de orientar trabalhos que avançam na reescrita da História com perspectivas de gênero. Tais obras nos ajudam a ter dimensão não somente da importância das mulheres como agentes históricos, como também uma compreensão aprofundada a respeito das dinâmicas sócio-políticas dos contextos analisados. As perguntas subjacentes a esses trabalhos parecem ser a respeito de como essas mulheres influenciaram o contexto onde atuaram com sua agência histórica e como ser mulher marcou a experiência de vida dessas sujeitas a fim de demonstrar a incontestabilidade das experiências de mulheres em África como diversas e complexas.

Ao se tratar de mulheres na África, um grande problema a ser evitado é a essencialização da mulher africana a partir dessas experiências específicas e, por conseguinte, a reificação da categoria “mulher africana”. Isso acontece quando experiências específicas de um grupo são apresentadas como representativas de todas as possibilidades de existência para as mulheres de um vasto continente. Tal situação cria um ideal heroico para mulheres, que, na tentativa de uma suposta exaltação, ainda retiram dessas personagens a condição da complexidade humana. O desafio é grande, pois muitas vezes, as mulheres visíveis em fontes disponíveis eram pertencentes à elite e suas experiências, embora relevantes, não dizem da realidade da maioria das mulheres de um dito contexto. Assim, quando mulheres de elite são transformadas em metáforas metonímicas de mulheres africanas, naturaliza-se uma experiência específica de um grupo diminuto de mulheres, incorrendo na perpetuação da invisibilização de mulheres africanas subalternizadas.

Como mulheres de elite, entendemos todas as mulheres que ocupavam um local social privilegiado e que com isso podiam usufruir de um maior espaço para exercício de suas agências. Dessa forma, inclui-se mulheres da elite colonial, mas também mulheres da elite pré-colonial; mulheres que eram líderes em âmbito político, religioso e comercial, com grande relevância sociocultural e largos círculos de sociabilidade, mas não necessariamente representativas da sociedade em geral. Historicamente, é essencial retomar como a criação e o uso da categoria “mulher” e, conseqüentemente, da performance de “mulher africana” foram naturalizadas de forma acrítica. É claro que tal questionamento perpassa pelas discussões do campo teórico de “Estudos de gênero”, principalmente por se tratar de uma performance de gênero

---

espaço branco. Veja mais em: (SANTOS, 2012).

<sup>3</sup> Para saber mais sobre a produção internacional sobre a História das Mulheres Africanas, ver: BERGER, 2003.



especificamente delegada à Europa, e normatizada pelo cristianismo através de suas expectativas morais. Nesse sentido, é comum e compreensível que os Estudos das Mulheres e aqueles que questionam a lógica hegemônica de se pensar gênero tenham grande diálogo. Entretanto, não é teoricamente interessante que eles se sobreponham.

Ao equalizar os Estudo de Gênero como Estudo de Mulheres, dois equívocos acabam sendo cometidos: limitar o gênero às experiências de performances femininas; e, conseqüentemente não questionar o masculino como categoria construída historicamente, e formativa de estruturas de poder (KILOMBA, 2019, p. 51). Outro problema é a mumificação (FANON, 1980) das variadas performances e instituições possíveis do feminino no continente africano. As expectativas de performances de diferença sexual, ancoradas em dinâmicas ocidentais e contemporâneas criam uma concepção cristalizada de “mulher”, nos moldes contemporâneos e ocidentais. Para os Estudos de gênero e das mulheres em África isso é especialmente problemático, uma vez que ao naturalizar categorias e performances de gênero criada pelo e no colonialismo, ignora-se as estruturas políticas e dinâmicas sociais específicas aos respectivos contextos (AMADIUME, 1987; OYÈWUMÍ, 1997). A fusão das performances femininas e a generalização das experiências de mulheres é parte da crítica de estudiosas africanas à dinâmicas que se pretendem feministas, mas que se mantém ancoradas em suas escolas ocidentais.<sup>4</sup> Conclui-se que o estudo, o questionamento e a desnaturalização do gênero são perguntas necessárias em todos os estudos que pretendem romper com os cânones do colonialismo. Acreditamos que os estudos históricos a respeito do continente africano têm muito a ganhar com o uso do gênero como categoria de investigação histórica ao perceber as dinâmicas de gênero como fatores constituintes das relações sociais — e da organização do poder em determinadas sociedades, como veremos a seguir.

## **2- O gênero como categoria de análise e organização social: a desnaturalização do gênero**

Pensar o gênero historicamente implica em investigar de que maneiras ele atua como um princípio organizador da ordem social nas sociedades modernas europeias e de suas instituições — ao instituir um padrão de relações de gênero, com o reforço e a rearticulação das ideias de diferença sexual e de heterossexualidade. Deste modo, concordamos com a definição de Bruna Pereira (202, p. 13), e entendemos o gênero como um fator constituinte das relações socioculturais; como categoria histórica: contextualmente variável e dotada de uma trajetória temporal, e também cultural: socialmente articulada e dotada de sentido simbólico, construído

nas relações sociais historicamente estabelecidas. Na concepção contemporânea ocidental o gênero opera-se, imperativamente, através do discurso binário entre feminino e masculino ao enquadrar a anatomia e o sexo com base na “divisão biológica entre macho e fêmea”. Dessa forma, atribui-se diferenças sociais, psicológicas e culturais aos sujeitos para fundamentar, então, as hierarquias de gênero e a hegemonia masculina. Além de influenciar na personalidade e na identidade dos sujeitos. Em consonância, Bruna Pereira dialoga com Judith Butler, Raewyn Connell, Adrienne Rich e Anne McClintock para refletir sobre como gênero articula o ideal heteronormativo, identidade de gênero, prática sexual e desejo. Dessa forma, refletir historicamente sobre as nuances de gênero nas narrativas sobre o passado é construir novos significados para a maternidade, o casamento, as relações familiares e as articulações comerciais, além de transformar a maneira como se concebe a divisão sexual do trabalho e suas relações de poder, sejam elas materiais, emocionais, sexuais e/ou simbólicas (PEREIRA, 2020, p. 13).

De fato, questionar o gênero é interrogar as maneiras pelas quais os indivíduos constroem suas relações de sociabilidade e exercem poder. Diante disso, as expressões do feminino, revestidas pela instituição moral — compreendidas por exemplo como os processos da Inquisição de Lisboa e dos Tribunais Eclesiásticos, que embora não tenham perseguido exclusivamente mulheres, serviram de instrumentos de construção de expectativas de gênero, criando imposições comportamentais e de uma imagem subalterna ao controlar as ações das “pecadoras” explicitam os conflitos entre submissão x dominação; atividade x passividades; infantilização x maturação (NASCIMENTO, 1990, p. 128).

Nesse sentido, mobilizamos a pesquisa de Flávia Chagas, “Catharina nas garras da Inquisição” (2021), que investiga o caso da angolana Catharina Juliana e de seu marido, o militar e agente colonial português, João Pereira da Cunha, que deixaram o Reino de Angola em 1749, processados pelo Tribunal do Santo Ofício por meio da Inquisição de Lisboa a partir de 1750. Ambos são acusados de heresia, enquanto Catharina também é acusada de feitiçaria. Eles saem de Ambaca para Luanda, tentando escapar para o Rio de Janeiro. Entretanto, os planos de evasão do Santo Ofício falham e eles são levados até Salvador para só então aportar em Lisboa. Em 1750, como atesta o Auto de Entrega, Catharina foi oficialmente considerada ré. Ela é enclausurada nos cárceres do Limoeiro e da Inquisição até ser chamada para a Mesa Inquisitorial em 1756 e, durante esse tempo, não temos notícia do que foi feito dela. Uma hipótese para a demora em dar prosseguimento ao processo de Catharina é que seu processo estava atrelado ao de João Pereira da Cunha, contudo, ele morreu logo em 1751. Então, a inquisição diminuiu seu interesse no caso de Catharina.

---

<sup>4</sup> O feminismo em África é uma contenda intelectual e política. Muitas alternativas foram propostas por mulheres africanas, propondo vocabulários alternativos e explicitando necessidades e questões específicas para mulheres

Entretanto, não podemos compreender a demora no processo de Catharina sem entender o sentido que os inquisidores davam a um procedimento como esse. Isto posto, entendemos que essa situação se dá por diversos motivos. Para nós, o principal fator que justifica a lentidão do processo de Catharina é que ele se referia a uma mulher preta e escravizada do Reino de Angola. A acusação de feitiçaria atingia uma demografia específica no Atlântico português: os subalternizados. Sendo que a hierarquização dos sujeitos nas comunidades influenciadas por Portugal dava-se em termos de condição e qualidade, os africanos, em diáspora ou não, estavam especialmente vulneráveis para acusações de cunho mágico (WALKER, 2004, p. 84). Nos atos processuais de Catharina, percebemos logo a posição hierárquica subalterna que ela ocupa para a máquina inquisitorial, e não é coincidência que sua acusação é de heresia e feitiçaria. Catharina, além de estranha ao universo inquisitorial de Lisboa, era, também, a única responsável legal ou interessada em seu destino. Ela era forra, livre, mas, no início de seu processo, foi descrita e classificada de forma equivocada como escravizada. Uma vez que Catharina revela ter carta de alforria em seu inventário, confirmando sua condição de liberta, percebemos que ela é colocada exatamente nesse local de vulnerabilidade, justamente por não ter ninguém que fale por ela e seja ouvido pelo Tribunal do Santo Ofício.

Temos uma descrição física feita a partir daqueles que conheceram Catharina pessoalmente no contexto de Luanda e Ambaca, o qual aparecia perante a mesa Inquisitorial de Lisboa: “Catharina era uma preta de boa estatura já de idade com umas sarjas no rosto”<sup>5</sup>, de maneira geral, essa descrição repete-se. Dessa forma, sabemos que a pessoa perante os inquisidores Joachim Jansen Moller e André Corino Figueiredo era uma mulher africana, com marcações em seu rosto que identificavam sua posição de “Outra” para esses padres. Em uma análise mais cuidadosa, verificamos que todas as categorias com que as testemunhas descreveram Catharina a colocavam no lugar da “outra”, na concepção inquisitorial. Todas essas categorias podem e devem ser historicizadas. Uma vez que a posição hierárquica de Catharina Juliana e João Pereira da Cunha na sociedade moderna é diametralmente oposta, podemos utilizar os processos de ambos para pensar as categorias de hierarquização.

O discurso moderno que correlaciona a racionalidade como o que é intrínseco à cultura e pensamento europeu e a irracionalidade com o “Outro”, nesse caso o africano (MUDIMBE, 2019), ou a mulher africana. Esse discurso que coloca a irracionalidade como própria das mulheres, e um problema dos naturais de Angola, é presente durante todo o processo de forma subtextual, mas é explícito quando o comissário José de Matos Moreira diz:

---

africanas em seus próprios contextos e demandas. Para saber mais, ver: DAVIES, 2014; BAMISILE, 2013.

<sup>5</sup> Correspondência de Catarina Julianna: PT-TT-TSO-IL-28-13836. fl.105.

**[...] Todos os negros são dados a diabruras, advinhações, e idolatrias; e consequentemente os brancos naturais desta terra, por mamar nas pretas, e a primeira linguagem, e criação ser a mesma, em tudo, e por tudo, indole, e comeres, e todos os demais seus mãos costumes: não digo, que haja alguns brancos naturais; mas raros, e muito contados, que não uzem das ditas gentilidades; mas o recearem-lhe delas só Deus nosso Senhor poderá tirar-lhes da cabeça; por onde tenho assentado, que a credulidade é inseparável destes naturais principalmente mulheres.<sup>6</sup>**

Percebemos que o Comissário do Santo Ofício também diz que não só a qualidade e a naturalidade depõem contra um indivíduo, mas também seu gênero. Entendemos que a dimensão do gênero aparece no momento da exploração, punição e repressão. É o caso de Catharina na inquisição, na qual seu gênero fica em evidência desde o primeiro momento. As primeiras informações que temos a respeito de Catharina são as seguintes, na primeira folha de seu processo: Processo de Catharina Juliana; Escrava que foi do Capitão João Pereira da Cunha, solteira, filha de Paulo Eugênio, natural da fazenda de S. Paulo Reyno de Angola, e moradora no Presídio de Ambaca, presa aos 14 dos Novembro de 1750.<sup>7</sup> Essas informações presentes nas capas dos processos são descritivas e consideradas de maior importância, para catálogo e identificação da pessoa a que se refere. Estas eram as características que formam a imagem de Catharina para a Inquisição: ela era, ou tinha sido, uma pessoa cuja condição de escravização era reforçada por um Capitão, solteira, seu pai era Paulo Eugênio, que ela era de Angola e que foi acusada de crimes contra a fé católica. Temos informações que dizem de sua condição, de escravizada ou liberta, visto que nesse momento isso não fica claro. Seu status civil e o nome de seu pai são informações a respeito dos homens presentes em sua vida. E diz, também, de sua naturalidade, o que nos termos da época seria determinante para definir sua qualidade, que dizia tanto da cor da sua pele quanto da posição que ocupava na hierarquia social.

Ao utilizar das categorias de condição, sexo e qualidade para descrever Catharina, partes do rito legal do Tribunal da inquisição, este utilizava esses critérios de gênero, condição e qualidade como formas de hierarquizar sujeitos. Como contraste ao processo de Catharina Juliana, o texto da primeira folha do processo de seu companheiro, João Pereira da Cunha, tem outros tipos de referências: Processo de João Pereira da Cunha Capitão Mor do Presídio de Ambaca Reino de Angola aonde era morador. Contado no Auto de 1765. João Pereira da Cunha Preso aos 14 de Novembro de 1750 falecido Março de 1751.<sup>8</sup>

Além de seu sobrenome, os funcionários da inquisição assinalaram sua profissão e moradia. Entretanto, não existem referências à sua ascendência ou estado civil. João Pereira da Cunha não precisava ser categorizado nesses termos, pois era branco, homem, português. Era

<sup>6</sup> Correspondência de Catarina Julianna: PT-TT-TSO-IL-28-13836. fl.148v, grifo nosso.

<sup>7</sup> Correspondência de Catarina Julianna: PT-TT-TSO-IL-28-13836. fl.150v, grifos nosso

Capitão-mor, correspondia, sem maiores problemas, ao que a Inquisição considerava como a definição de sujeito. Ainda assim era um réu, o qual deveria afirmar que estava livre de culpas, que não tinha sido contaminado com a convivência naquele reino de gentios. O parecer do Comissário José Matos Moreira diz o seguinte a respeito do caso:

: digo mais, **tenho por infalível usar dita preta Ré Catharina Julianna das ditas diabruras, que se lhe imputam: [...] mas duvido muito, e muito que o dito João Pereira da Cunha a mandasse procurar, e a elas assistisse**, sendo-o cautelozíssimo, e oposto aos filhos da terra; [...] porém só Deos é, que conhece os interiores, e os homens de ordinário se enganam.

Percebemos que o Comissário não tem dúvidas a respeito dos supostos pecados da mulher africana, enquanto duvida que o homem português tivesse culpa. O processo de João Pereira da Cunha não é levado a cabo e diversos dos seus pares depõem em seu favor. Diversos requerimentos legais e apelações são feitos em seu nome. Finalmente, seu processo é arquivado rapidamente após sua morte em 1752. Por outro lado, Catharina e seu processo continuaram nas mãos dos inquisidores por 13 anos até a sua morte em cárcere no ano de 1763. Catharina tornou-se visível em uma sociedade que invisibilizou mulheres pretas que sofreram a experiência da escravização. Ao se tornar visível, Catharina tornou-se vulnerável. Ao se tornar visível, Catharina passou a ser vista como corruptora da moral lusitana. Em muitos dos testemunhos presentes no processo inquisitorial de João Pereira da Cunha, eles reiteradamente reforçaram que suposto mau procedimento de João Pereira da Cunha era influência de Catharina.

Sob tal ótica, os termos da expressão de gênero que a Inquisição espera de Catharina são exclusivamente lusitanos, em contraste com as performances específicas desta identidade no Reino de Angola. Afirmamos que não é possível assumir, a priori, que os papéis de gênero nas comunidades africanas fossem semelhantes às europeias. Assumir tal paradigma é perder de vista tanto as especificidades locais quanto não reconhecer os processos violentos de assimilação genérfica perpetuados pelo discurso colonial. Isso significa dizer que o processo de conquista e colonização do Reino de Angola foi, ainda, um processo de transformação e destruição de performances de gênero específicas do contexto centro-ocidental africano.

Segundo Ifi Amadiume: “não é suficiente ser crítico da África inventada pela Europa se nós mesmos continuamos a não criticar a estrutura de gênero europeia” (AMADIUME, 1997, p. 24). Na Europa moderna, a organização social dá-se a partir de uma hierarquização dos corpos e é definida a partir da imagem e semelhança do corpo original, definido pelo dogma católico, o corpo divino de um Deus único e masculino. Nessa lógica, aqueles que estão no poder são os que mais se assemelham a esse corpo e o afastamento desse ideal justifica a posição social. Dessa

---

<sup>8</sup> Processo de João Pereira da Cunha: PT-TT-TSO-IL-28-9691. fl.1.

forma, sendo Catharina uma mulher, preta e escravizada, podemos dizer que ela estava o mais distante possível do corpo ideal europeu. Se o corpo ideal é o masculino, divinizado e fonte de poder e gerador da razão humana, enquanto o corpo feminino é pecaminoso, sexualizado em uma dicotomia que transita entre a mulher que deseja, Eva, e a mãe virgem, Maria.

Por fim, temos que as sociedades africanas, com o processo de colonização, são levadas a adotar um sistema de dominação masculina aos moldes do patriarcado europeu, que pode ter sido desvantajoso para as mulheres. Nesse contexto, a hierarquia de gênero, ao modo lusitano, não ocorreu sem adaptações e sem resistência ou períodos de conflito. Acreditamos ser o caso do Reino de Angola e o de Catharina, visto que sabemos que em Angola, as mulheres habitavam o espaço público e tinham sociabilidades específicas de seu contexto. Nesse âmbito, pelo protagonismo que mulheres exerciam no Reino de Angola, no Ndongo e em Matamba, temos indícios que as performances de gênero na África centro-ocidental não necessariamente correspondiam àquelas da Europa ibérica, tipificadas pelo binário de gênero. Para o Santo Ofício, Catharina era hierarquicamente inferior ao seu companheiro branco e português, e teve tratamento diferenciado. Temos que o tribunal inquisitorial de Lisboa, sendo um tribunal centralizado e preocupado justamente com a manutenção da ortodoxia católica e, conseqüentemente, da cultura portuguesa, não tinha os mesmos referenciais culturais que as populações de Angola.

Logo, concluímos que o Tribunal de Inquisição de Lisboa foi um instrumento de construção e vigilância das hierarquias sociais no Reino de Angola, e que essas hierarquizações de sujeitos não podem ser entendidas se não levarmos em conta o gênero, ou a performance de gênero, dos sujeitos e sujeitas analisados. Ao considerar o papel de instituições coloniais em demarcar a discursividade estruturante da alteridade em termos de evolução e natureza — características do pensamento europeu pós-ilustrado, temos que pensar, conseqüentemente, nas significativas transformações nas concepções e relações de gênero que emergem na cultura europeia do século XIX. O colonialismo e suas instituições constroem a “mulher africana” num papel desviante do processo social, onde a violência é a negação de sua autodefinição.

Assim, por meio das noções de feminilidade associadas a essas mulheres enquanto Imagens de Controle (BUENO, 2020), surgem por exemplo as figuras da concubina e da serviçal — portadoras de vaginas que eram úteis para relações sexuais consensuais ou estupros, e para os trabalhos em regime exploratório pelo exercício do poder patriarcal colonial. Percebe-se, assim, como a articulação do colonialismo com o sexismo produziu efeitos violentos sobre a mulher africana que posteriormente se reverberaram enquanto permanência na vida das mulheres diaspóricas (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Oyèrónké Oyěwùmí, cientista social feminista e teórica do gênero, é negra, nigeriana e professora da Stony Brook University, e apresenta uma outra possibilidade de organização social e familiar pré-colonial. A partir de sua tese de doutorado, defendida em 1993, “A Invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” em que desenvolve pesquisa sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, ela argumenta que a família Iorubá pode ser descrita como não-generificada. Isso porque as categorias sociais e de parentesco têm como princípio organizador fundamental a senioridade, ou seja, se organizam por suas idades sociais dentro do sistema de família nuclear. Tal princípio de antiguidade é dinâmico, permitindo uma fluidez que contrapõe ao princípio tradicional de gênero — o qual a autora deixa entender como limitado exclusivamente às relações dicotômicas entre homens e mulheres.

Em “A invenção das mulheres” (1997), a autora postula que os povos iorubás de Oyó, na Nigéria, não possuíam, antes da colonização, o corpo generificado como um organizador das relações e posições sociais. E, nesse sentido, a noção biologicamente determinada de “diferença e hierarquia” em determinadas sociedades parecem ser especialmente privilegiadas em relação a outras formas de explicar a sociedade humana — em outros termos que não os genéticos, como as diferenças de gênero, raça ou classe (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 1 apud ROCHA, 2019, p. 32). Entretanto, ao descrever pormenorizadamente sobre as categorias, Oyěwùmí acaba utilizando — consciente ou inconscientemente — categorias de gênero. Isso ocorre ao perceber que a concepção de gênero utilizada nesse momento pressupõe que o campo de estudos está entendendo e buscando a hierarquia entre sexos como única possibilidade de organização das sociedades.

Mesmo apresentando percepções diferentes de disposição familiar, como ao referenciar a antropóloga Niara Sudarkasa, há espaços em seu pensamento para premissas ancoradas em estereótipos binários, colocados como funções definidoras da identidade sexual de gênero. Percebidos, por exemplo, na passagem: “Se havia um papel-identidade que definia fêmeas era a posição de mãe” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 7). Ainda que reafirmada enquanto uma tradição, essa identidade não pode ser essencializada e congelada no tempo. No entanto, o sistema familiar é apresentado como oposição completa à existência de relações de gênero — e assim reafirmam-na: “Por causa da matrifocalidade de muitos sistemas familiares africanos, **a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas.**” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 7 *grifos nossos*). Assim, a autora exemplifica *Omoya*, enquanto uma categoria plural para filhos de uma mesma mãe-ventre, ressaltando “a importância da maternidade como instituição e como experiência na cultura”. Não é gênero?

Observando esse cenário, as perguntas que emergem dizem sobre uma preocupação a respeito do que acontecia com as mulheres que se recusaram a seguir pelos caminhos da maternidade, tão fundamental para a sustentação desta sociedade iorubá. E por quais razões se afirmam que não há relações de gênero, mas ao mesmo tempo ressaltam que “é o ventre da mãe” que une os indivíduos em lealdade e amor incondicional. A maternidade compulsória era uma realidade para essas mulheres? E se sim, quais eram as estratégias para resolverem esses conflitos sociais? Importante lembrar que em sociedades parentais em que a riqueza está no volume de pessoas dependentes das linhagens, o potencial gerador da mulher é um recurso crucial para a ampliação da influência política e econômica, gerando concentração de riquezas.

Bibi Bakare-Yusuf questiona que não há nenhuma explicação sobre como os marcadores de diferença dicotômicos entre homens e mulheres se desenvolveram “mesmo que ainda implorem por questões analíticas sobre as origens culturais, simbólicas e sociais” (BAKARE-YUSUF, 2019, p. 7). Ao abordar o conceito de bio-lógica de Oyewumi, Aline Rocha elucida que o corpo masculino não era, em determinadas sociedades africanas, visto como um signo normativo, enunciativo e tampouco um canal para o exercício de poder. Nitidamente os órgãos sexuais existem, mas na sociedade iorubá pré-colonial essas diferenças sexuais eram vistas apenas como distinções e não como instrumentos de diferenciação que marcam posições de poder, conforme definiu Aline Rocha. Isto porque sua importância e seu discurso estão diretamente relacionados à senioridade, logo, não estão condicionados a um órgão — seja vagina, pênis, saco escrotal ou útero.

É possível compreender, diante desse cenário, que Oyèrónké Oyèwùmí refuta uma linha de teóricas brancas que acreditam no gênero como, necessariamente, uma forma de opressão e simultaneamente como a única e/ou a maior opressão existente nas sociedades. Contudo, é importante reafirmar que ainda não há investigações historiográficas suficientes sobre as múltiplas possibilidades de expressão das relações de gênero nas sociedades africanas. Da mesma forma, tampouco são suficientes as investigações que dariam subsídio para afirmar que todas as sociedades se organizam com marcadores generificados de caráter negativo no período pré-colonial na África, mas também na Europa. Por que não seria possível, por exemplo, reconhecer que essas relações são perpassadas pelo gênero, mesmo que a hierarquia que estrutura tal sociedade seja definida pela senioridade?

A negação completa da perspectiva comumente associada ao ocidente cria também alguns empecilhos para reflexões teóricas aprofundadas, como Carole Boyce-Davies alertou que reduzir “a questão da mulher a uma questão ocidental”. Muitas vezes, uma perspectiva nativista idealiza as sujeitas africanas. Explicitando que diversas categorias ocidentais acabam sendo aplicadas para realidades africanas de forma equivocada (BOYCE-DAVIES, 2014, p. 86) e que



algumas dinâmicas entendidas como ocidentais são rejeitadas precipitadamente. Embora pouco intuitivo para as sensibilidades ocidentais e contemporâneas, a desnaturalização do gênero permite que entendamos como categorias, a exemplo da diferença sexual, podem não fixar a posição social. Embora as relações sejam ambíguas e até contraditórias dentro da instituição familiar analisada por Oyèrónkẹ Oyěwùmí, é possível entender que há um tipo específico de subjetividade em torno dos saberes, discursos e práticas naquela sociedade, esse tipo — generificado — não é, necessariamente, algo negativo.

No caso específico Oyó-Iorubá, não se encontravam “mulheres” e “homens”, mas obìnrin e okùnrin, que não são categorias de gênero, mas uma distinção anatômica que Oyěwùmí utiliza para representar anafêmea e anamacho, conceitos criados pela epistemóloga para ressaltar que “ana” apesar de se referir à anatômico (uma conformação sexual do corpo) não evoca uma oposição binária, tampouco expressa papéis sociais e hierárquicos privilegiados (ROCHA, 2019, p. 33).

Segundo Aline Rocha, as relações são generificadas: estão organizadas dentro de um sistema que relaciona seres humanos atrelando as corporeidades às funções religiosas, sociais e de trabalho; só não são a base da hierarquia social que define as relações de poder daquela sociedade. Em síntese, hierarquia é sobre poder e gênero como poder é, enfim, herança colonial. Ao final de “Conceituando o gênero” Oyěwùmí elucida, enfim, a necessidade de submeter a categoria “mulher” a uma análise mais aprofundada considerando, assim, as múltiplas categorias e interpretações para as sociedades africanas em tal análise. Escancara, dessa forma, que os Estudos Africanos sobre Gênero são desafios intelectuais complexos e que requerem engajamento de pesquisa, refinamento teórico e muitas mãos para construir: “Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 9).

Em contrapartida, Bibi Bakare-Yusuf, PhD em Estudos de Gênero pela University of Warwick, alerta que, pela divisão sexual do trabalho, as mulheres eram majoritariamente responsáveis pelo cultivo e processamento de alimentos — relação fundamental para a sobrevivência, mas socialmente subordinada em algumas sociedades africanas. Esse papel central acabou sendo reforçado, também, através da hipervalorização da maternidade porque essas mulheres estavam desempenhando papéis reprodutivos e produtivos fundamentais, mas seguiram subvalorizadas. Ao realizar um resgate histórico sobre autoridade masculina e patriarcal na organização da vida social, a autora revela que é comum que algumas teóricas não especifiquem quais sociedades africanas seriam essas e de que forma o poder patriarcal atuava naquele espaço. E, conseqüentemente, criem uma lacuna aberta para equívocos ao projetar generalizações anacrônicas para o período pré-colonial, por exemplo.

Cabe, então, investigar como essas dinâmicas específicas em suas violências foram construídas temporalmente pelas instituições coloniais. Tal diferenciação sobre o que será narrado nos registros, e o que estava efetivamente acontecendo na materialidade das “experiências vividas” também devem ser investigadas. Assim, apurarmos os imaginários concebidos previamente sobre as mulheres de seus territórios de origem e suas respectivas funções sociais naquele período. Além disso, uma vez que o colonialismo altera as estruturas e instituições sociais nos países colonizados, as dinâmicas sociais generificadas também são profundamente deturpadas e devem ser investigadas em suas permanências e descontinuidades.

Em sua pesquisa “As batalhas da mulher moçambicana na luta de libertação nacional: entre os discursos oficiais e os silêncios da memória (1962 -1975)” a historiadora Jacqueline Maia dos Santos (2021) utilizou como fontes documentos oficiais acessados no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM): atas de reuniões, relatórios, cartas; entrevistas com três antigas integrantes do movimento de resistência realizada pela pesquisadora; coletâneas de entrevistas com ex-combatentes produzidas por outras pesquisadoras e livros de memórias oficiais produzidos pelo governo moçambicano ou em parceria com o mesmo. Ao longo da pesquisa as fontes permitiram identificar o gênero como um elemento organizador da sociedade, na medida em que grupos de mulheres se organizaram para viabilizar a conquista da independência de Moçambique.

A atuação da LIFEMO (Liga Feminina Moçambicana) foi norteadada num trabalho de cuidado, que no geral é delegado a mulheres no contexto de luta. Era um grupo formado em sua maioria por senhoras casadas com militantes, e foi também ligada à FRELIMO (Frente de Libertação Nacional de Moçambique). Elas eram responsáveis por angariar fundos para crianças órfãs e para auxílio a famílias moçambicanas que fugiam para o exterior sem possuir recursos financeiros. Essas mulheres eram também encarregadas de explicar às famílias que se juntavam ao movimento qual era o objetivo da luta. As integrantes da LIFEMO também participavam de congressos e conferências internacionais, fazendo interlocução com outros grupos de mulheres ao redor do mundo. As cartas e relatórios acessados no AHM ratificam o fato de que esse grupo foi mais que uma aglomeração de esposas de militantes fazendo caridade. Elas tinham uma agência importante dentro do movimento de libertação, e se comunicavam com outras militantes via carta pedindo doações e divulgando a causa. Tais cartas traziam resultados efetivos, tendo em vista que consta no acervo do AHM as respostas de algumas organizações internacionais de mulheres valorizando o movimento e enviando donativos. Existiu até 1969, quando seu mandato foi incorporado ao Destacamento Feminino.

O Destacamento Feminino (DF) foi um grupo de mulheres institucionalizado em Moçambique em 1966 para formalizar os treinamentos militares e atuação feminina nas frentes

de batalha na região norte do país. Nas fontes salienta-se a existência, a partir de 1966 e a data oficial com esse nome, em março de 1967, quando as primeiras 25 jovens foram fazer um treinamento de preparação político-militar na Tanzânia. Era um grupo composto por adolescentes e jovens, que aprenderam a atirar para proteger a si e as pessoas ao seu redor, mas também trabalhavam dentro da logística de transporte de material, alimentos e armamentos. Dentro da estrutura do DF também foram abarcadas as mulheres que faziam outros tipos de trabalhos não diretamente relacionados às batalhas armadas, tais como as professoras e enfermeiras.

O DF foi um grupo de mulheres pioneiro no continente africano e uma das sementes do discurso de emancipação feminina proferido pela FRELIMO durante a luta de libertação e também no pós-independência. Em 1973 foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), cuja missão era mais ampla que a do Destacamento Feminino, tendo como objetivo levar adiante o projeto de emancipação feminina da FRELIMO de integrar todas as mulheres no processo de desenvolvimento nacional, com educação, saúde e participação na vida política. A OMM existe ainda hoje em Moçambique, como uma instituição vinculada à FRELIMO. Na Guiné e em Cabo Verde, o movimento foi comandado pelo Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), quando o partido já estava consolidado. Tal processo durou de 1962 até 1973, quando a Guiné declarou a independência unilateralmente.<sup>9</sup> Houve também a criação da União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo Verde (UDEMU), uma organização de mulheres com o objetivo de promover a emancipação feminina. De acordo com Gomes (2016), a UDEMU foi criada em 1961 e atuou na mobilização das mulheres e no seu enquadramento político no processo. Também atuaram na captação de recursos financeiros internacionais para o avanço da luta de libertação.

Todavia, a organização chegou ao fim em 1966, sobretudo porque as mulheres com melhor formação política não estavam engajadas na construção do movimento, por estarem lotadas nas frentes de batalha e integradas a outras atividades paralelas. As mulheres guineenses e as cabo-verdianas continuaram atuando na luta de libertação, porém, sem o respaldo de uma organização formal que abarcasse as demandas femininas. A UDEMU foi refundada em 1982, desta vez atendendo apenas às demandas das mulheres guineenses.<sup>10</sup>

Em Angola, a luta de libertação ocorreu entre 1961 a 1974, e foi conduzida por dois dos grupos que lutaram pela independência, o Movimento Popular de Libertação de Angola

---

<sup>9</sup> Não é objetivo deste artigo se aprofundar nas nuances da independência da Guiné, mas é importante mencionar que o fim do Estado Novo em Portugal, em setembro de 1974, consolidou essa conquista e o rompimento definitivo com a antiga metrópole.

<sup>10</sup> Para reflexões sobre emancipação feminina e participação política em Cabo Verde, após o rompimento com a Guiné Bissau e com a PAIGC, indicamos: o trabalho *Entre os senhores das ilhas e as descontentes: identidade, classe e gênero na estruturação do campo político em Cabo Verde* (MONTEIRO, 2015).

(MPLA), na liderança de Agostinho Neto, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi. No que tange às mulheres que se organizaram no combate ao colonialismo, existiu a Organização da Mulher Angolana (OMA), vinculadas ao MPLA, e a Liga Independente de Mulheres Angolana (LIMA), vinculada a UNITA. A OMA foi fundada em 1962 como uma ala feminina do MPLA e teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. Apesar de as mulheres atuarem em diversas frentes da luta, a OMA não funcionava como um Destacamento Feminino.

Segundo Paredes (2014), durante a guerrilha e na transição para a independência, essas mulheres eram chamadas de "camaradas da OMA", o que indicava uma relação mais horizontal e de camaradagem. Apesar disso, a libertação das mulheres não era uma prioridade. Esse reconhecimento ocorria porque as mulheres ocupavam o papel na luta de classes, mas, até então, não havia o reconhecimento de uma luta específica de gênero. Apenas em 1975 as mulheres angolanas foram incorporadas formalmente às Forças Armadas Angolanas. A LIMA foi fundada em 1973 e também desempenhou um papel importante na luta pela libertação. Nesse sentido o caráter de cuidado geralmente delegado às mulheres nesses movimentos, e que envolvia a logística e o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. Segundo Paredes (2014), as mulheres que perceberam o trabalho dos setores femininos de outros movimentos africanos de independência, se viram motivadas a fundar uma estrutura formal para as mulheres na UNITA, partindo do entendimento de que, se a mulher já atuava na luta, também precisavam compor uma organização. Tanto a OMA quanto a LIMA ainda existem em Angola.

O que podemos afirmar, a partir de uma breve análise destas organizações, é que uma parte relevante das funções exercidas pelas mulheres inicialmente corresponderam aos trabalhos socialmente considerados tipicamente femininos no quadro da divisão sexual do trabalho. Ao longo das lutas por independência essas mulheres também se depararam com as questões de desigualdade de gênero e precisaram lutar contra o sexismo e a mentalidade patriarcal, com o objetivo de demonstrar que eram capazes de batalhar ao lado dos homens. Elas precisaram provar que aprenderam a utilizar armas de fogo, transportar materiais de guerra, resistência para andar longas distâncias, dentre outras habilidades necessárias em uma guerra.

Ainda que o protagonismo delas tenha sido reconhecido, e a memória destes grupos seja usada como um elemento de valorização de um passado heroico, no pós-independência as questões de direitos foram conduzidas de forma aquém do necessário para a redução da desigualdade e do machismo. Podemos afirmar que as preocupações específicas das mulheres não refletiram nos seus interesses nem durante o movimento independentista, e nem depois da independência. Ainda que existam muitos movimentos pelos direitos das mulheres no continente

africano na atualidade, Ferreira (2021) compartilha conosco o fato de que houve certa cooptação do movimento de mulheres, fundado durante as lutas de libertação no pós-independência. Quando se encerrou o colonialismo, governos monopartidários e autoritários pipocaram por todo o continente e essas instituições de mulheres, se continuassem a funcionar de forma autônoma, poderiam ser uma ameaça ao poder estatal. Isso é nítido quando observamos como hoje a OMM e a OMA são instituições totalmente alinhadas aos interesses dos partidos que ainda detêm o poder, a FRELIMO e o MPLA.

Assim, observa-se que as instituições pré-coloniais foram deturpadas pelo colonialismo e as diferenciações e desigualdade foram construídas pelo mesmo. Os exemplos de agência apresentados ao longo do artigo demonstram que o ser mulher no continente africano foi afetado pela situação colonial e generalizações não podem ser feitas durante o trabalho historiográfico sobre a perspectiva de gênero e mulheres. A investigação histórica das dinâmicas e instituições, performances e comportamentos de gênero devem ser analisadas em suas especificidades. Bibi Bakare-Yusuf traz à tona a necessidade de analisar a identidade da mulher africana a partir da sua rica multiplicidade e complexidade. A autora sugere a análise de experiências vividas como forma de se trabalhar as complexas questões de gênero no continente africano. Segundo Bakare-Yusuf, as “experiências vividas” como método de escrita traz importantes desenvolvimentos:

A implicação desse processo descritivo da experiência incorporada é que a identidade, agência, e a experiência não são fixos ou dados com antecedência. Em vez disso, elas fazem parte da minha situação vivida, continuamente sendo re-constituído e aberto a mudanças de contextos. Esta agência incorporada descritiva significa que minha identidade como uma mulher Africana não é pré-determinada pela biologia, normas sociais ou práticas reguladoras (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 12).

É pela análise das experiências específicas de cada contexto que conseguimos explorar as dinâmicas de gênero em África, sem incorrer em determinismos e generalizações. Analisando o gênero historicamente enquanto categoria de sociabilidade, também conseguimos evitar a propagação e continuidade de violências coloniais. Desta forma, procuramos apresentar experiências plurais vividas por mulheres africanas, com recortes históricos diferentes e configurações de gênero específicas. Buscamos nos desvincular de uma perspectiva generificada ocidental e colonial ao mesmo tempo que trouxemos exemplos de como focar na experiência vivida e todas suas ramificações sociais é uma chave importante para analisar o que significa uma mulher africana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o gênero é uma categoria útil para a compreensão histórica das organizações sociais, contudo, para a entender a experiência das mulheres africanas, ele deve ser desnaturalizado. Desnaturalizar o gênero é encara-lo como uma categoria de organização social que é afetada e afeta as transformações de uma dada sociedade no tempo. É necessário compreender as experiências africanas em suas complexidades. Para isso foi importante a contribuição de pensadoras africanas que se debruçaram sobre os estudos de gênero, tais como Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyèwùmí, que além de se contraporem às epistemologias ocidentais trouxeram perspectivas de gênero a partir das sociedades em que estavam inseridas.

Contudo, ainda que as diversas sociedades africanas tenham suas sociabilidades organizadas para além do gênero, ele ainda atua e não pode ser invisibilizado. Neste contexto, as investigações de “experiências vividas”, conceito mobilizado por Bibi Bakare-Yusuf, fala de uma experiência contemporânea de gêneros africanos que abrange a intersecção da sociedade africana ao mundo moderno, através do colonialismo com a projeção de um passado pré-colonial. Os exemplos de experiências vividas por mulheres apresentadas ao longo do artigo são resultados de pesquisas que procuraram refletir a incorporação deste conceito em pesquisas que tiveram como perspectivas desnaturalizar o gênero ao discuti-lo no âmbito do território africano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Manuscritas:

**Disponíveis em: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal:**

Correspondência de Catarina Julianna: PT-TT-TSO-IL-28-13836.

Processo de Catarina Julianna: PT-TT-TSO-IL-28-6948.

Processo de João Pereira da Cunha: PT-TT-TSO-IL-28-9691.

AMADIUME, Ifi. **Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. Londres: Interlink Publishing Group, 1997.

BAKARE-YUSUF, Bibi. ‘Yorubas don’t do gender’: a critical review of Oyeronke Oyewumi’s **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. In: VVAA. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series. Dakar: CODESRIA, 2004, p. 61-81.

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana**. Tradução para uso didático de Aline Matos da Rocha e Emival Ramos, s/data. Originalmente BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: ‘The Phenomenology of African Female Existence’*, *Feminist Africa*, N. 2, 2003. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>; Acesso em: 30 de janeiro 2021.

BAMISILE, Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. *Via Atlântica*, N. 24, p. 257-279, 2013.

BERGER, Iris. "African Women's History: Themes and Perspectives." **Project MUSE, Journal of Colonialism and Colonial History**, Vol. 4, N. 1, 2003.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Recife: UFPE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Transformação nas relações sociais homem/mulher em Moçambique 1960/74**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1986.

CHAGAS, Flávia. **Catharina Juliana nas garras da Inquisição Portuguesa: uma micro-história da comunidade afro-atlântica do "Reino de Angola" (1710-1763)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIES, Carole Boyce. Pan-Africanism, transnational black feminism and the limits of culturalist analyses in African gender discourses. **Feminist Africa**, Vol. 19. p. 78-93, 2014.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERREIRA, Thuila Farias. Sujeitas da Própria História: influência, organizações e movimentos de mulheres africanas (1940-1990). Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, N. 21, abr. 2021.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes 1. **Africa Development**, Vol. 41, N. 3, p. 71-95, 2016.

\_\_\_\_\_. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné Bissau: uma abordagem preliminar**. Outros Tempos, Vol. 12, N.19, 2015, p. 168-189.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais hoje**, N°2, p. 223-244, 1983.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra e o amor. **Jornal Maioria Falante**, N. 17, p. 3, 1990.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de Juliana

Araújo Lopes, s/data. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>; Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAREDES, Margarida Isabel Botelho Falcão. **Mulheres na luta armada em Angola: memória, cultura e emancipação** [Em linha]. Tese (Doutoramento em Antropologia) — ISCTE-IUL, Lisboa, 2014.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Dengos e zangas das mulheres-moringa: Vivências afetivo-sexuais de mulheres negras**. Pittsburgh/(Estados Unidos): Latin America Research Commons, 2020.

ROCHA, Aline Matos da. A bio-lógica do biopoder: a (dis)posição do corpo em Oyēwùmí e Foucault. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**. Vol. 10. N. 2, p. 29-42, 2019.

SANTOS, Jacqueline Maia dos. **As batalhas da mulher moçambicana na luta de libertação nacional: entre os discursos oficiais e os silêncios da memória (1962-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Vanicléia S. A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012). In: BOTELHEIRO, Teresas; COSTA, Carlos C.; PAIVA, Ariane P.; PINHEIRO, Mafalda. (Orgs.). **Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP**. Lisboa: AULP, 2012, p. 243-254.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Vol. 20 N.2, p. 71-99, 1995.

\_\_\_\_\_. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. N. 45, p.27-351, 2012.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru: EDUSC, 2003.

WALKER, Timothy. Sorcerers and folk healers: Africans and the Inquisition in Portugal (1680-1800). **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Vol. 3, N.5/6, p.83-89, 2004.

Recebido em: 23/02/2021

Aprovado em: 10/06/2021